



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia



Atena
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
Q5	Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 918.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisadora Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentado uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Agosto de 2019.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000	
Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927091	
CAPÍTULO 2	12
OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5391927092	
CAPÍTULO 3	29
TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Janete Webler Cancelier Daiane Loreto de Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.5391927093	
CAPÍTULO 4	44
AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ	
Cleusi Teresinha Bobato Stadler	
DOI 10.22533/at.ed.5391927094	
CAPÍTULO 5	55
INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL	
João Batista Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5391927095	
CAPÍTULO 6	69
AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL	
Íria Oliveira Franco Cleonice Batista Regis Soares Frederico Augusto Guimarães Guilherme	
DOI 10.22533/at.ed.5391927096	
CAPÍTULO 7	83
AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS	
Bruna Martins da Paixão Renan Yamasaki Veiga Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5391927097	
CAPÍTULO 8	94
A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI)	
Guerby Sainté	
DOI 10.22533/at.ed.5391927098	

CAPÍTULO 9	106
REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS	
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão	
Bruna Garcia dos Santos	
Matheus Teófilo Gomes	
Lucas José Elias Bezerra dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5391927099	
CAPÍTULO 10	126
A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014	
Gabriel Freitas Andrade	
John Carlos Alves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.53919270910	
CAPÍTULO 11	140
A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.53919270911	
CAPÍTULO 12	151
GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL	
José Batista Siqueira	
Fabrício Passos Fortes	
Sanmy Silveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.53919270912	
CAPÍTULO 13	163
ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA	
Joeslan Rocha Lima	
Claudiomar da Cruz Martins	
DOI 10.22533/at.ed.53919270913	
CAPÍTULO 14	174
APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC	
Juliano Pereira de Mello	
Antônio Carlos Vitte	
DOI 10.22533/at.ed.53919270914	
CAPÍTULO 15	186
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA	
Mônica Hellen Ribeiro Cardoso	
Daniel Mallmann Vallerius	
Francisco Fernandes Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.53919270915	
SOBRE O ORGANIZADOR	194
ÍNDICE REMISSIVO	195

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000

Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia Uberlândia – Minas Gerais

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em analisar a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual verificasse um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Para tanto, o texto encontra-se estruturado em três tópicos, além da introdução e considerações finais. No primeiro apresenta-se alguns aspectos que caracterizam a economia brasileira a partir de meados do século XX, sobretudo no que tange às exportações. No segundo, analisa-se a evolução das exportações, por fator agregado, entre 1965 e 2014, com ênfase ao período pós-2000. E no terceiro e último tópico aborda-se a reprimarização da pauta exportadora e seus reflexos na divisão territorial do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; divisão territorial do trabalho; exportações; *commodities*

BRAZIL'S PARTICIPATION IN THE INTERNATIONAL LABOR DIVISION AND THE REPRIMARIZATION OF THE EXPORTING TARIFF IN THE POST-2000 PERIOD

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze Brazil's participation in the international division of labor, with emphasis on the post-2000 period, in which there is a growth in exports of primary products, such as agricultural and agroindustrial origin. Therefore, the text is structured in three topics, besides the introduction and final considerations. The first presents some aspects that characterize the Brazilian economy from the mid-twentieth century, especially regarding exports. The second analyzes the evolution of exports by aggregate factor between 1965 and 2014, with emphasis on the post-2000 period. And the third and last topic deals with the reprimarization of the export agenda and its reflexes on the territorial division of labor.

KEYWORDS: Brazil; territorial division of labor; exports; commodities

1 | INTRODUÇÃO

No decorrer da segunda metade do século XX, o Brasil, a exemplo de outras nações latino-americanas, vivenciou o processo de

industrialização, de forma tardia e dependente do capital estrangeiro. Para tanto, foram essenciais alguns eventos ou fatores endógenos, tais como a ação do Estado no propósito de alavancar a industrialização do país, bem como a implementação de políticas de desenvolvimento (destacando-se a de substituição de importações), aos quais mesclam-se eventos ou fatores exógenos, como a internacionalização do capital financeiro e produtivo, e a nova divisão internacional do trabalho, que propicia a entrada de multinacionais no país. Tal entrelaçamento de fatores endógenos e exógenos ensejou não só o desenvolvimento industrial como intensificou a articulação do Brasil ao comércio internacional, através das tradicionais exportações de produtos primários, e também de industrializados, cuja participação se ampliou, diversificando a pauta exportadora nacional.

Contudo, especialmente a partir dos anos 2000, os produtos básicos assumem grande importância na pauta exportadora, quando, no contexto da globalização econômica, fatores exógenos ao país – como a valorização e a crescente demanda no mercado internacional por *commodities* – estimulam as exportações de gêneros primários, como soja e derivados, carnes *in natura* e processadas, dentre outros.

A participação brasileira no comércio de *commodities* repercute na própria divisão territorial do trabalho, especialmente em espaços agrícolas ocupados por monoculturas, tais como as de soja, os quais são estimulados a intensificar suas especializações produtivas, a fim de atender à demanda internacional.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual verifica-se um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial.

Para tanto, o texto encontra-se estruturado em três tópicos, além da introdução e considerações finais. No primeiro apresenta-se alguns aspectos que caracterizam a economia brasileira a partir de meados do século XX, sobretudo no que tange às exportações. No segundo, analisa-se a evolução das exportações, por fator agregado, entre 1965 e 2014, com ênfase ao período pós-2000. E no terceiro e último tópico aborda-se a reprimarização da pauta exportadora e seus reflexos na divisão territorial do trabalho.

O procedimento metodológico adotado consistiu em análise bibliográfica e levantamento de dados e de informações por meio de fontes secundárias, como a base Agrostat (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), e a Secretaria do Comércio Exterior – SECEX (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços-MDIC).

2 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DE

MEADOS DO SÉCULO XX

Por volta dos anos 1950, o Brasil se encontrava bastante dependente das exportações de produtos primários, sobretudo de origem agrícola, dependência esta que já atravessava diversas décadas.

A importância das exportações primárias já advinha do início do século, quando o país priorizou a produção de gêneros básicos para exportação, em detrimento de outros produtos e das próprias necessidades do mercado consumidor nacional. Tal afirmação se baseia em Prado Júnior (2012, p. 210-211), segundo o qual,

O Brasil tornar-se-á neste momento em um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. Dedicará aliás a isso, em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação [...] situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil. [...] As exportações maciças compensam contudo essas grandes e indispensáveis importações; e obtêm-se mesmo saldos comerciais apreciáveis.

Tal fato se explica, principalmente, pelos recursos físicos de que o país dispunha (como grandes extensões de terras agricultáveis) e que integravam uma “dotação de fatores” ainda muito débil em outros aspectos, tais como recursos humanos, conhecimento e capital, além de infraestrutura, considerados por Porter (1989, p. 90-91) como “fatores de produção”. Conforme o citado autor (p. 90) “[...] as nações são dotadas de diferentes estoques de fatores. Um país exportará os bens que fazem uso intensivo dos fatores com os quais está relativamente bem dotado”.

Em meados do século, a tradição agrário-exportadora ainda se fazia presente na economia brasileira, através de uma pauta de exportação baseada em produtos como café, cacau, açúcar e algodão, os quais eram comercializados especialmente para os Estados Unidos e países da Europa Ocidental.

Embora o país já tivesse ingressado no processo de industrialização há várias décadas, e exportasse manufaturados, ainda prevaleciam produtos tradicionais nas exportações brasileiras. Assim sendo, a atividade industrial encontrava-se voltada nos anos 1950, sobretudo, para o abastecimento do mercado consumidor interno. A adoção do modelo de industrialização por substituição de importações, por parte do governo brasileiro, a partir da década de 1930 – cuja finalidade foi atender à crescente demanda por produtos manufaturados, devido às restrições às importações –, teria alicerçado ainda mais a tendência da indústria voltar-se para o mercado nacional. Tal estratégia visava substituir as importações de bens de consumo não-durável e também intermediários.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o país vivenciou novamente um impulso nas exportações de gêneros alimentícios e de matérias-primas, em face da acentuada demanda pelos países que se encontravam envolvidos

no conflito. Entretanto, de acordo com Prado Júnior (2012, p. 302), tal demanda pelos produtos brasileiros refletiu-se muito mais no valor do que no volume das exportações, o que demonstra, “[...] o esgotamento da capacidade produtiva da economia brasileira de exportação”.

Por sua vez, teria havido um aumento na exportação de manufaturados, porém, muito mais por conta da utilização da capacidade já existente do que por uma expansão, de fato, da atividade industrial. Dentre os produtos industrializados, destacam-se os têxteis, os quais alcançaram, em 1943, o segundo lugar na pauta exportadora. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 303).

Em referência a esta época, conforme Baer (2009, p. 59), apesar da produção industrial ter crescido cerca de 5,4%, teria havido uma limitada formação de capital.

[...] Dessa maneira, no final da guerra, uma grande parte da capacidade industrial do país se encontrava em um estado de deterioração e obsolescência. [...] após a guerra, entretanto, e em parte devido ao péssimo desempenho das exportações brasileiras (frequentes atrasos de entrega e controle de qualidade inadequado), os produtos industrializados praticamente desapareceram da lista de exportações”. (BAER, 2009, p. 59).

Todavia, a partir dos anos 1950, o processo de industrialização se intensifica, assumindo um novo significado na economia nacional, repercutindo, nas décadas seguintes, como se verá, na pauta exportadora do país. Para tanto, teriam contribuído tanto fatores endógenos quanto exógenos ao país.

Dentre os fatores endógenos, destaca-se a ação do Estado no propósito de alavancar a industrialização do país, entendida como essencial para se alcançar um melhor nível de desenvolvimento. Assim, com relação aos fatores ou eventos exógenos, a intensificação dos processos de internacionalização do capital financeiro e produtivo, por parte de países do centro do capitalismo, e o estabelecimento da nova divisão internacional do trabalho, “vieram ao encontro” da política implementada pelo Estado brasileiro, de promover incentivos para a maciça entrada de capital e de investimentos estrangeiros diretos no país.

3 | AS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL: A EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

A estratégia de se promover a industrialização de forma articulada ao capital estrangeiro, a partir dos anos 1950, visou, de fato, integrar a economia do país ao sistema capitalista internacional. Desta forma, o objetivo consistia em “industrializar”, não somente para suprir o mercado interno, mas para atender a um mercado internacional promissor.

Conforme Selingardi-Sampaio (1988, p. 9), no período de 1950 a meados dos anos 1980, o país teria evoluído da condição de “[...] predominantemente exportador de matérias-primas em bruto ou semi-elaboradas para a de país também exportador de produtos finais.”.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, as exportações tiveram que ser ampliadas e diversificadas. Para tanto, o governo brasileiro implementou medidas, tais como a criação de corredores de exportação, a formação de *trading companies*, e a instituição de incentivos cambiais, fiscais e creditícios. Além dos já citados, especificamente em relação aos investimentos estrangeiros, dentre os incentivos concedidos, destacam-se a assinatura do “Acordo de Garantia de Investimentos”, entre os governos brasileiro e estadunidense, e os estímulos às exportações oferecidos a grandes empresas, extensivos às multinacionais ou suas filiais instaladas no Brasil. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1988, p. 23-24).

Segundo Baer (2009, p. 96), as políticas econômicas adotadas pelos regimes pós-1964 deram ênfase ao comércio exterior e, a fim de incentivar as atividades de exportação, o governo criou mecanismos tais como revogação de tarifas, incentivos fiscais e crédito subsidiado.

Baer (2009, p. 97-99), ao analisar a economia nacional no período 1968-74 (o do chamado “Milagre Econômico”), relata o notável crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), atribuindo ao setor industrial a liderança em tal expansão. Neste contexto, as exportações de produtos industrializados teriam alcançado uma maior participação, passando de 7,2% em 1965 para 27,7% em 1974, ao passo que, no mesmo período, as de café declinaram, de 42% a 12,6% do valor total exportado.

Embora nos anos 1970 tenha havido forte crescimento das exportações (e vários incentivos para tal), a balança comercial apresentou saldo negativo na maior parte da década, o que se explica, em parte, de acordo com Baer (2009, p. 278), pelos “[...] ambiciosos programas de investimentos do governo e empresas multinacionais (os quais) contribuíram para o aumento da importação de bens de capital e matérias-primas”.

Os anos de 1980 caracterizaram-se por uma conjuntura econômica de endividamento externo, recessão e de inflação, porém, conforme o autor (p. 278), teria havido uma considerável abertura da economia, com aumento das exportações. De acordo com Selingardi-Sampaio (1988, p. 23), grande parte destas exportações “[...] corresponderam aos produtos industrializados, especialmente produtos siderúrgicos, suco de laranja, caldeiras e aparelhos mecânicos de transporte”.

A balança comercial recuperou-se a partir de 1981, contudo, na segunda metade da década de 1990, apresentou um saldo negativo, como pode ser observado no gráfico 1.

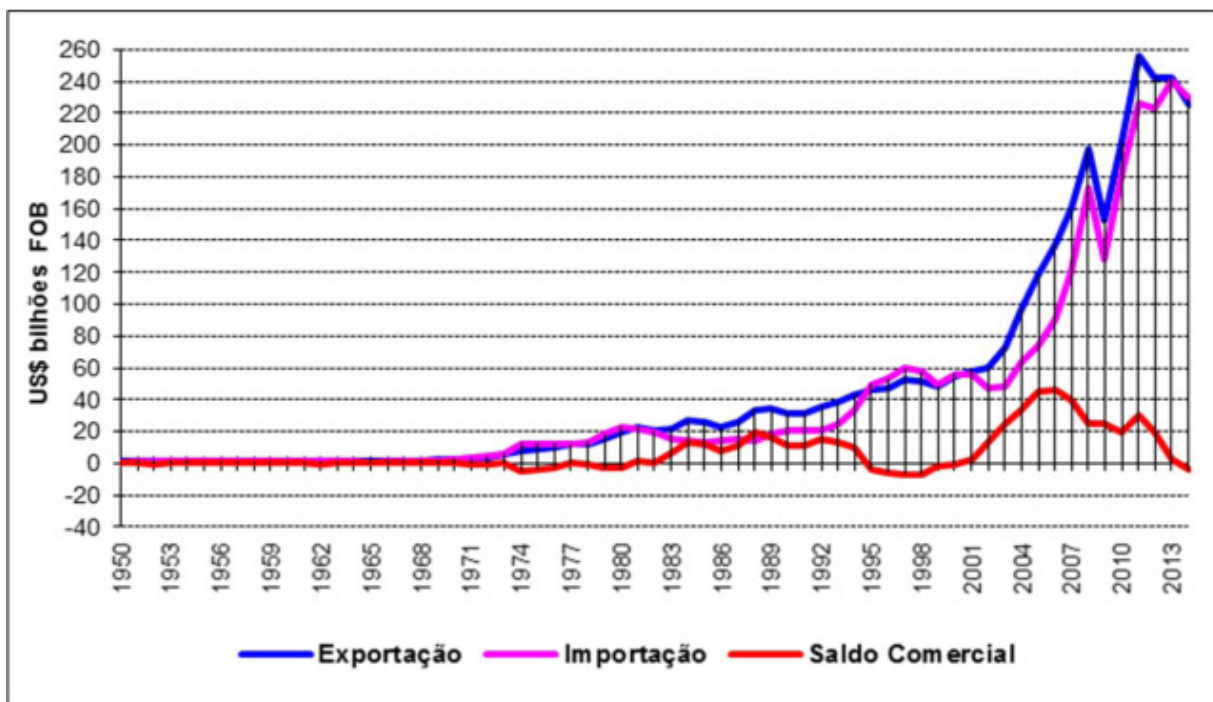


Gráfico 1 – Evolução da balança comercial brasileira – 1950 a 2013 (em bilhões de dólares)

Fonte: SECEX/MDIC, 2016

Por outro lado, ao longo da década de 2000 houve elevados saldos comerciais, até então não atingidos, cujo apogeu deu-se em meados do decênio em questão, com superávit de aproximadamente US\$ 45 bilhões. O considerável aumento das exportações, ocorrido a partir de 2001, deveu-se, sobretudo, à crescente participação de produtos básicos na pauta exportadora brasileira, contrastando com a tendência registrada em décadas anteriores (GRÁFICO 2).

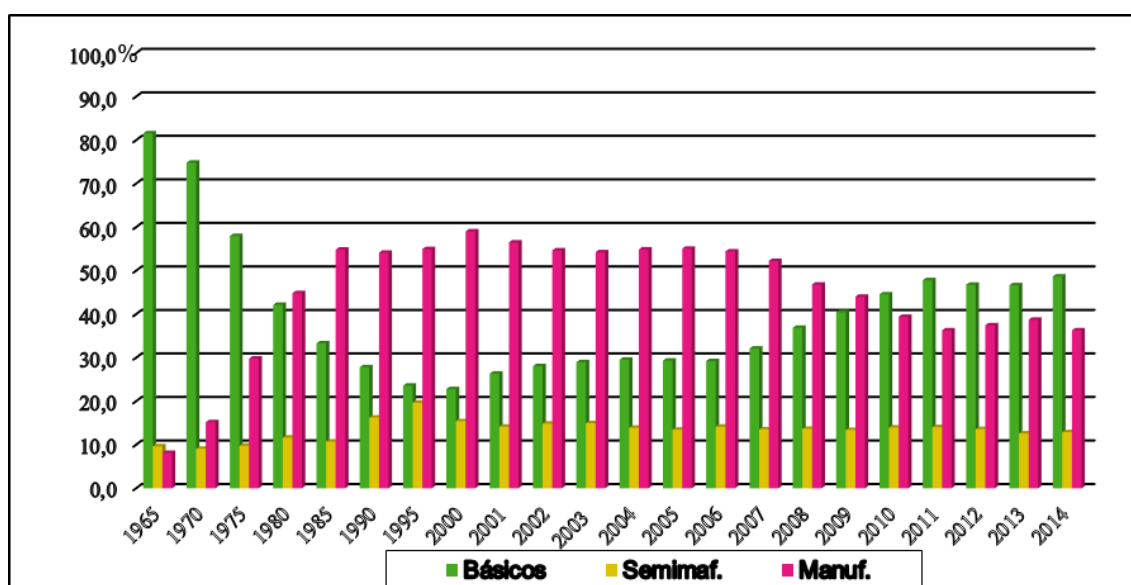


Gráfico 2 - Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1965 a 2014

Fonte: SECEX/MDIC, 2016. (adaptado).

Assim, mediante o gráfico 2, observa-se que em 1965 os básicos predominavam no total de produtos exportados, correspondendo a 81,6% de participação, permanecendo como maioria até meados dos anos 1970, chegando a 58%. Nas décadas seguintes, porém, verifica-se um declínio no percentual de tais gêneros, registrando 33,3% em meados dos anos 1980, 27,8% em 1990, 23,6% em 1995, e 22,8% no ano 2000. Contudo, a partir de 2001, os básicos aumentaram sua participação de forma progressiva, passando de 26,4% no citado ano, para 40,5% em 2009, e desde então, tais produtos ultrapassaram os 40% das exportações, alcançando, em 2014, 48,7% do total.

Ainda no tocante ao período analisado, constata-se que, embora os produtos manufaturados tenham aumentado progressivamente sua participação, correspondendo por vários anos a mais de 50% do total exportado, após 2010 são os gêneros básicos que respondem pela maior participação na pauta exportadora do país (GRÁFICO 2).

Delgado (2012, p. 94-95), ao analisar a economia brasileira ao longo da década de 2000, afirma que as exportações primárias quadruplicaram seu valor em dólares, especialmente a de produtos básicos e também de semimanufaturados. A existência de um mercado mundial receptivo para produtos como carnes bovina e de frango, soja, milho, açúcar e álcool, celulose de madeira, além de produtos minerais, permitiu que estes dominassem as exportações brasileiras no decênio em questão.

4 | A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA A PARTIR DOS ANOS 2000

A participação brasileira na divisão internacional do trabalho, predominantemente como exportador de produtos primários, vigente até os anos 1960-70, foi revitalizada na década de 2000, ampliando a inserção do país no comércio de *commodities*. A partir de então, o país adentrou no processo de “*commoditização*”, por meio da adoção de uma política macroeconômica pautada na busca da geração de saldos comerciais via exportações de produtos primários.

Como já demonstrado, o crescimento nas exportações destes gêneros ocorreu ao longo da citada década, suplantando, a partir de 2010, o comércio de manufaturados, indicando uma tendência, a exemplo de outras economias latino-americanas, à reprimarização da economia ou da pauta exportadora nacional.

Com base no gráfico 3, pode-se observar a evolução das exportações de sete itens - complexo soja, carnes, produtos florestais, café, complexo sucroalcooleiro, couros e cereais - os quais classificam-se entre os dez principais produtos exportados pelo país, de 1997 a 2015. Tais itens são considerados *commodities*, e, portanto, produtos do chamado agronegócio, conceito em voga, que vem sendo utilizado, no Brasil, grosso modo, em referência ao conjunto de atividades, tais como a agropecuária e a agroindustrial, voltadas, sobretudo, para o mercado externo ao país.

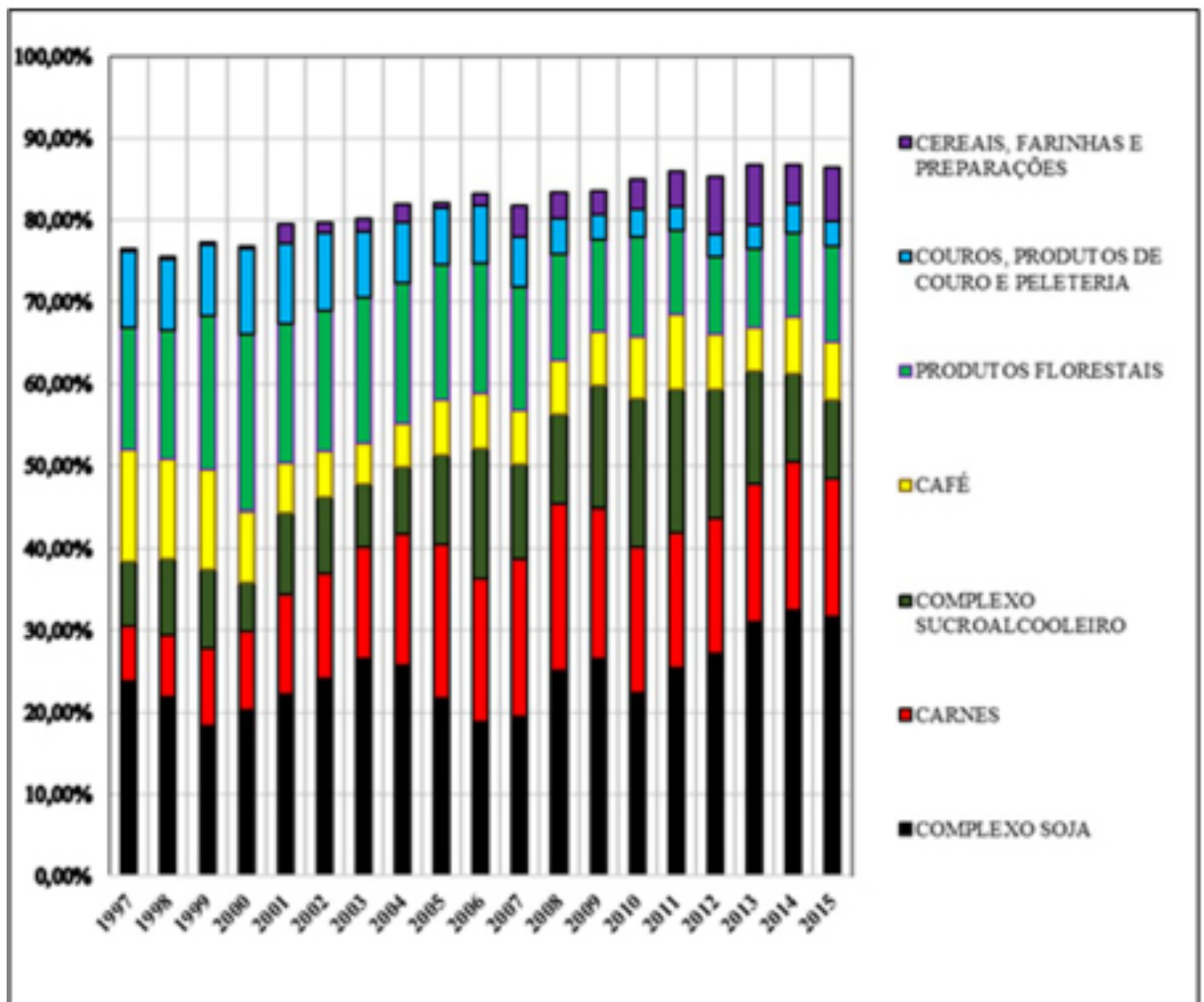


Gráfico 3 – Brasil. Exportações de gêneros agropecuários e agroindustriais – 1997 a 2015

Fonte: Agrostat/MAPA, 2016. (adaptado)

A crescente participação do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities* ocorre a partir de uma divisão territorial do trabalho, comandada, em grande medida, por empresas multinacionais, na qual determinadas localidades se especializam e/ou intensificam atividades produtivas vinculadas ao agronegócio, subordinando-se aos interesses do capital financeiro internacional.

A articulação do Brasil ao mercado de *commodities* ocorreu devido a uma conjunção de fatores externos ao país – destaque-se a entrada da China e de outros países asiáticos no comércio globalizado, ávidos por produtos tais como soja e derivados, carnes, minério de ferro, dentre outros - que ocasionaram, internacionalmente, o chamado *boom* das *commodities*, motivando o governo brasileiro a implementar medidas de incentivo ao setor do agronegócio, visando aumentar as exportações de produtos agropecuários e agroindustriais.

A prioridade dada aos bens primários na pauta exportadora brasileira, tem levado estudiosos a reconhecerem um processo de reprimarização da pauta exportadora ou da economia do país.

Arroyo (2017), ao analisar a questão da integração regional e a dinâmica dos territórios da América Latina, em período recente, afirma que,

Um dos problemas mais agudos é a reprimarização da economia, que tem como correlato a expansão das fronteiras agrícola e extrativa mineira, uma tendência crescente em grande parte dos territórios da região. Desse modo, ampliam-se e intensificam-se circuitos produtivos processadores de recursos naturais, como a mineração, a produção de soja, a produção florestal e de celulose [...] são circuitos produtivos que estão fortemente controlados por grupos econômicos nacionais e estrangeiros, o que fortalece o uso oligopólico do território. A reprimarização reforça a inserção numa divisão internacional do trabalho na qual se atribui à América Latina a função de abastecedora de matérias-primas, próxima de um esquema de comércio tipicamente ricardiano, com exportações de baixo conteúdo tecnológico e limitado valor agregado nacional. (ARROYO, 2017, p. 21-22).

Tais ações tiveram rebatimentos em alguns territórios já dotados de algumas condições propícias, tais como tradição agropecuária, bem como a presença de agentes econômicos vinculados ao agronegócio, dentre os quais empresas nacionais e estrangeiras atuantes tanto no processamento agroindustrial como no comércio de *commodities*.

Neste sentido, Lamoso (2010) aborda a inserção do Estado de Mato Grosso do Sul no comércio internacional, na década de 2000, como exportador de *commodities* como as do complexo soja, carnes e minério de ferro. Conforme a autora, tal inserção se dá por meio da atuação de grandes “grupos exportadores”, tais como Brasil Foods, Cargill, ADM e JBS Friboi, dentre outros, refletindo o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, o qual se acentua desde os anos 1990, e permanece nos anos 2000, apesar de algumas ações do governo federal, como a implementação de uma nova política industrial e do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP). (LAMOSO, 2010, p. 3-7).

Muls (2014) analisa tal processo em relação à economia mineira, afirmando que na década de 2000, surgiu “uma nova ordem econômica e política em escala mundial”, onde

[...] os países não desenvolvidos, mesmo aqueles com uma indústria já instalada, embora ainda incipiente, cujas economias se assentam sobretudo na produção agrícola e na exploração de minérios, se viram obrigados a uma exportação de bens primários, em grande escala [...] sob o reinado do capitalismo internacional, os agronegócios e a mineração se tornaram o ponto forte das economias sul-americanas e têm mostrado um crescimento bastante significativo, nos últimos anos, apesar da crise econômica e financeira internacional [...] Assim, ao invés de reforçar e ampliar a sua indústria, esses países se veem forçados a uma reprimarização de suas economias. No caso do Brasil e sobretudo de Minas Gerais, esse fenômeno é bem visível nesses últimos anos. (MULS, 2014, não paginado).

Neste contexto, Oliveira (2016) analisou o município de Uberlândia, situado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e caracterizado tanto por uma tradição agropecuária e agroindustrial, como pela presença e atuação de empresas de grande porte vinculadas ao agronegócio, tais como Cargill, ADM, Brasilfoods, e JBS Couros. Ao pesquisar a pauta exportadora referente aos anos de 2000 a 2014, a autora constatou

o predomínio de produtos do complexo soja, de couros e carnes e, desta forma, a participação local, ao longo do período, na divisão territorial do trabalho voltada para a produção e exportação de *commodities*. Assim sendo, as evidências encontradas na citada localidade, no que tange às exportações primárias, demonstram a tendência ao processo de reprimarização da economia mineira, o qual se insere em um contexto de reprimarização da própria economia nacional, vigente nas últimas décadas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, verifica-se, que, o Brasil, país de tradição agropecuária, adentra o século XX predominantemente como exportador de produtos primários. A partir da década de 1950, o intenso processo de industrialização proporcionado pela ação do Estado, e pela entrada do capital estrangeiro no país, enseja uma diversificação na pauta exportadora nacional, com o crescimento da participação de produtos manufaturados nas exportações nacionais, embora prevaleçam, até os anos 1970, gêneros básicos (primários) na pauta exportadora. No decorrer da segunda metade do século XX, a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho se dá não somente como “receptor” de filiais de empresas multinacionais, mas também como exportador de produtos industrializados, semimanufaturados e básicos.

Embora o desenvolvimento industrial tenha ensejado um crescimento da participação de produtos manufaturados na pauta exportadora, após os anos 2000 os gêneros básicos aumentaram consideravelmente sua participação, destacando-se os de origem agropecuária e agroindustrial, fato que tem levado estudiosos a reconhecerem um processo de reprimarização da pauta exportadora ou da economia brasileira.

Tal processo reflete a própria conjuntura da economia mundial, que tem se caracterizado, nas últimas décadas, por uma intensificação das relações comerciais entre diversos países, aspecto típico da globalização capitalista contemporânea. Desta forma, alguns países de economias tradicionalmente agrário-exportadoras - como é o caso do Brasil - são chamados a atender à demanda internacional de *commodities* primárias, fato que incide diretamente nos espaços agrários e agroindustriais. Assim, espaços nacionais articulam-se à escala internacional, por meio da exportação de produtos, cuja oferta é possibilitada pela intensificação de especializações territoriais produtivas.

A reprimarização da economia brasileira reflete de um lado, a demanda e a valorização de *commodities* no mercado internacional – particularmente por parte da China – e de outro, os interesses de grupos econômicos e financeiros vinculados ao chamado agronegócio.

Há que se pensar portanto, mediante o exposto, nos impactos e nas contradições socioeconômicas e territoriais causadas pelas atividades vinculadas ao agronegócio,

sobretudo nos espaços locais que se inserem na divisão territorial do trabalho voltada para a produção e exportação de *commodities*. Assim sendo, a temática ora aqui apresentada não se esgota, mas ao contrário, suscita novas pesquisas e debates, no âmbito da Geografia Econômica e Agrária, a respeito da atual participação brasileira na divisão internacional do trabalho como exportadora de produtos primários.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. “A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração?”. **GeoTextos**, vol. 13, n. 1, julho 2017. p. 13-28, Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/issue/view/1551>> Acesso em: jul.2018.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Agrostat**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>> Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Secretaria de Comércio Exterior**. (MDIC/SECEX). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Secretaria de Comércio Exterior**. (MDIC/SECEX). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: fev.2016.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

LAMOSO, L.P. Comércio exterior brasileiro: a tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para Mato Grosso do Sul. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 25 a 31 de julho de 2010. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho>>. Acesso em: mar. 2014.

MULS, N. C. Reprimarização da economia mineira. **Diário do Comércio**, Opinião, 03 mai. 2014, sem paginação. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=134506>> Acesso em: 17 jul. 2015.

OLIVEIRA, D.L.C.M. de. **Desenvolvimento e especialização da agroindústria em Uberlândia, M.G. (1970 a 2014)**: a expansão das indústrias processadoras de soja, carnes e couros e seu papel na articulação das escalas local-global. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A evolução recente do sistema industrial brasileiro: a ação do estado e dos investimentos externos. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, vol. 18, n. 35-36, p. 5-37, 1988.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

F

Formação de professores 186, 187

G

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

H

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

I

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

L

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

M

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

N

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

P

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

Q

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

R

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

S

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

T

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

U

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-653-9

